



Moção

I. Introdução

O impacto das medidas de contingência e controlo da pandemia por COVID-19 fez-se notar nos mais diversos setores da sociedade, incluindo o desporto.

Neste particular, pese embora o apelo à resiliência e superação que encontra no desporto inúmeros exemplos de inspiração para ultrapassar este período conturbado, o universo desportivo está a sofrer um impacto severo e sem precedentes nas suas mais relevantes fontes de receita - [as competições desportivas, o consumo das famílias e tudo o que estas envolvem](#) -, deixado para trás na agenda política sem uma resposta consistente para mitigar uma crise que coloca em vias de extinção inúmeras instituições desportivas com o consequente risco de abandono de praticantes, técnicos e dirigentes desportivos.

Ainda que a retoma da prática desportiva seja uma das principais preocupações de todos os intervenientes do movimento associativo desportivo, e tenha vindo a ser acautelada no superior interesse da segurança dos atletas, demais agentes desportivos e do público em geral, não é mais possível iludir o problema mais premente que o Desporto atravessa na retoma da sua prática e no cumprimento da missão que os poderes públicos lhe confiam em prover o direito constitucional ao desporto que é, precisamente, o risco da sua sustentabilidade agravado pela ausência de medidas de apoio urgentes para o mitigar.

Mais grave é o facto de isto acontecer ao arrepio do que tem vindo a ocorrer no país em outros setores mais vulneráveis ao impacto da crise, e ainda da injeção de apoios públicos ao desporto que se verificou na generalidade dos países europeus, revelando uma total desvalorização do papel de suma importância do Desporto no PIB da União Europeia e na taxa de empregabilidade que garante, como reconhecido por outros Estados-membros.

II. Movimento Colaborativo

Ao longo do tempo têm sido carreados para o Governo e para a Administração pública desportiva distintos trabalhos e propostas com o objetivo de melhorar o funcionamento do sistema desportivo português.

O movimento associativo do desporto federado, em diferentes momentos, lançou o repto para a discussão da situação desportiva nacional com a apresentação de documentos dinamizadores em torno das principais questões a resolver no seu seio.

Nesta matéria, com maior ou menor impacto, por iniciativa própria ou através de pedidos de parecer no âmbito de processos de alteração legislativa, no propósito de valorizar socialmente o desporto, em conformidade com o seu impacto económico e social, o Comité Olímpico de Portugal (COP), o Comité Paralímpico de Portugal (CPP) e a Confederação do Desporto de Portugal (CDP) têm vindo a apresentar documentos de posição sobre as mais diferentes matérias, em especial direcionadas à sua área de intervenção dentro do desporto, que condicionam a prossecução desse desígnio, alertando, em diversas ocasiões, para um conjunto de vulnerabilidades, agudizadas neste período de crise, expondo o estado de fragilidade para sustentar os impactos gerados no setor.

CIMEIRA DAS FEDERAÇÕES DESPORTIVAS

15 julho 2020 | 16h00

Auditório Magalhães

Instituto Português do Mar e da Atmosfera | Algés



A todos os documentos apresentados pelo Movimento Associativo Desportivo, a resposta por parte de quem, neste campo, tem responsabilidades em apreciar as alterações propostas, foi parca em palavras e ainda mais em ações. Na esmagadora maioria das situações, as propostas apresentadas jazem no silêncio dos gabinetes, como se não existissem.

De facto, não é por défice participativo do movimento desportivo que o Estado se encontra inativo no que tange às modificações estruturais que urgem ao modelo desportivo nacional, e cujo adiamento coloca em sério risco a sua sustentabilidade e competitividade.

Mais recentemente e tendo por base este pano de fundo, com o conhecimento das [recomendações](#) das Nações Unidas, e insistindo novamente numa ótica colaborativa, o COP considerou urgente partilhar com as autoridades governativas um conjunto de preocupações e propostas de medidas extraordinárias para salvaguardar o importante equilíbrio entre a sobrevivência das organizações desportivas e a salvaguarda da saúde e segurança de todas as pessoas que nelas ou com elas trabalham, sendo a criação do [Fundo Especial de Apoio ao Desporto](#) a principal medida proposta, no [pacote mais alargado de medidas apresentadas ao Senhor Primeiro-Ministro](#) com o propósito de não excluir o desporto do quadro de mecanismos extraordinários de apoio ao impacto da COVID-19, nacionais ou comunitários.

Com o mesmo objetivo, a CDP promoveu um consenso alargado entre as federações no que à [Retoma e Capacitação do Desporto Nacional](#) diz respeito, prosseguindo com reuniões com organizações nacionais, desportivas e setoriais, determinantes para dar seguimento às medidas e necessidades identificadas em sede de Plenário dos Presidentes e com especial preocupação com a sustentabilidade do tecido associativo. Os contributos recolhidos foram compilados e apresentados ao Senhor Primeiro-Ministro e Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto. Na sequência deste trabalho, e após ter também focalizado o contributo da sua rede colaborativa, a CDP tem promovido recorrentes [reuniões](#) com a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto (SEJD) com a vista a sua implementação e acompanhamento da evolução da retoma das várias modalidades.

O CPP, na visita feita pelas entidades de cúpula do desporto nacional à Residência Oficial de Sua. Exa. o Primeiro-Ministro, António Costa, [alertou](#) para a preocupação acrescida que era necessário ter relativamente aos atletas paralímpicos e ao facto de muitos dos mesmos se inserirem nos grupos de risco da COVID-19. Na mesma audiência foi também sublinhada a urgência na revisão dos critérios de distribuição das receitas dos jogos sociais.

Neste campo, para além de cada federação ter sido consultada pela SEJD e pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (IPDJ), relativamente às propostas de retoma progressiva das suas práticas desportivas, as federações que tutelam modalidades coletivas de pavilhão, em concreto as Federações de Andebol, Basquetebol, Patinagem e Voleibol (às quais se juntou mais tarde a de Futebol) apresentaram às mesmas entidades um [documento conjunto para a retoma](#) das suas práticas desportivas.

Volvidos cerca de três meses, as práticas desportivas têm vindo a ser parcial e deficitariamente retomadas num quadro de limitações severas, com a publicação de um conjunto de [orientações](#), porém, e apesar das propostas acima enunciadas e dos exemplos que chegam de toda a Europa, a crise da sustentabilidade do desporto, com o risco de extinção e colapso das suas estruturas de base, não foi minimamente atendida em Portugal, permanecendo arredado de qualquer tipo de medidas específicas de combate aos prejuízos de grande monta que se fazem sentir em toda a sua extensão, sobretudo no tecido associativo de base que alimenta toda a cadeia de valor e desenvolvimento desportivo nacional, [não tendo o setor sido, lamentavelmente, abrangido no Programa de Estabilização Económica e Social](#).

15 julho 2020 | 16h00

Auditório Magalhães

Instituto Português do Mar e da Atmosfera | Algés



III. Contexto Motivador

Como anteriormente se refere, o desporto vem sendo debilitado, existindo uma clara ausência de perceção do seu impacto social, económico, cultural e político. O desporto limita-se a ser capturado pelo imediatismo dos resultados de excelência, dos grandes eventos ou daqueles que encontram mais projeção no espaço mediático, o que perpetua um problema endémico que se agudizou com o período da pandemia.

A aparente falta de consideração do papel social do desporto, dos agentes e organizações que o representam, acentua as vulnerabilidades que têm afetado o setor, expondo de forma evidente a fragilidade no campo político¹, numa omissão que desafia os limites da sobrevivência e o futuro desportivo do país nos seus mais diversos níveis.

A pandemia veio colocar-nos, de um modo mais expressivo, no grave momento que atravessamos. É perante a iminência do atestado de óbito que corrói as bases da pirâmide desportiva nacional, e face à necessidade premente de inversão desta tendência, redefinindo a conceção e perceção da valorização social do desporto, que, na senda das diligências levadas a cabo em tempo oportuno - e face à ausência de uma resposta robusta em torno de um pacote de medidas que a urgência da presente crise impõe, as organizações desportivas nacionais entenderam da maior pertinência consolidar uma estratégia em torno de um plano de ação com eixos comuns no superior interesse desportivo nacional, com o propósito de envidarem todos os esforços, empregarem todos os meios e mobilizarem todos os agentes desportivos num movimento coletivo para resgatar o setor do colapso iminente de uma crise sem precedentes.

Na verdade, a recente apresentação do Programa de Estabilização Económica e Social é um elemento revelador do reduzido peso político que o desporto tem junto de outros setores da governação.

A necessidade de o Governo garantir que o setor do desporto não fosse afastado da mesa de discussão e, acima de tudo, das medidas de retoma e recuperação planeadas, foi uma chamada de atenção das entidades desportivas nacionais, mesmo antes do apelo do Departamento de Economia e Assuntos Sociais das Nações Unidas aconselhando as autoridades governamentais a adotarem políticas que pudessem proteger o desporto do forte impacto causado pela pandemia por COVID-19.

E os exemplos que começaram a chegar de toda a Europa convergiam no sentido de apoio público urgente ao desporto. No âmbito da União Europeia, o Conselho, a Comissão e o Parlamento Europeu tomaram posições exortando os governos dos Estados-membros a dedicarem uma parte dos apoios comunitários à área do desporto, integrando o setor no pacote de medidas extraordinárias e incentivos para mitigar o impacto da crise.

Nas medidas de confinamento/desconfinamento, o Governo fez um esforço, que é de louvar, para criar condições excecionais para os atletas e respetivos processos de preparação desportiva num contexto sanitário complexo. Agilizou também um conjunto de obrigações das entidades públicas desportivas face ao novo quadro existente. Ambas foram positivas. Esperar-se-ia uma continuidade nas medidas de revitalização económica futuras. Mas não foi isso que, até à data, ocorreu.

¹ Como, aliás, é reflexo disso, entre o mais, por um lado, o facto de na história do país apenas em dois governos constitucionais (XIV e XVI) ter havido lugar à nomeação de um Ministro do Desporto e por outro, se constatar a falta de representatividade de elementos ligados ao Desporto em instituições com poder decisório em matérias de implicação desportiva.

15 julho 2020 | 16h00
Auditório Magalhães
Instituto Português do Mar e da Atmosfera | Algés



O desporto, ao contrário de outros setores de atividade do país, não teve, até à presente data, por parte do governo, qualquer orientação sobre um pacote de medidas de proteção à sua sustentabilidade financeira, antes se optando por aceitar a sua inclusão em medidas de caráter económico – financeiro desenhadas para outras realidades que não a desportiva, pouco compatíveis com a sua dimensão social, predominantemente de caráter associativo.

No referido Programa de Estabilização, para além de não haver qualquer referência ao Desporto, constatou-se, ainda, que algumas das medidas apresentadas são expressamente financiadas pelas receitas dos Jogos Sociais, cujo volume de negócios assenta, em parte, no produto gerado pelo desporto e as suas competições que aquele regula, promove e organiza.

Existe uma conclusão óbvia a extrair desta situação: o Governo de Portugal não reconhece ao desporto suficiente importância política para ser incluído no seu Programa de Estabilização Económica e Social. Poder-se-ia argumentar que o documento trataria apenas de setores transversais mais relevantes no plano económico-social do país. Mas referências setoriais, como o caso da Cultura, são um claro sinal de resposta política a pretexto de contestações que ocorreram recentemente na sociedade portuguesa.

A ausência do desporto espelha a irrelevância política conferida pelo governo ao setor e a falta de preocupação demonstrada para com o risco da sua sustentabilidade, mormente num quadro de restrições de saúde pública impostas à sua principal fonte geradora de receitas e valorização de ativos.

Nestes termos e considerando o que anteriormente se descreve, o COP, o CPP, a CDP e as federações desportivas nacionais acordam envidar esforços e encetar as diligências necessárias à implementação do seguinte plano de ação:

IV. Plano de Ação

- **Retoma das Atividades do Desporto Federado em Segurança** – Definição de medidas e orientações específicas de retoma das práticas desportivas, cujo cumprimento deverá ser devidamente escrutinado por uma Unidade de Acompanhamento, composta por representantes da Administração pública desportiva, das autarquias e do movimento associativo;
- **Sustentabilidade do Modelo Desportivo** – Integração do setor nas linhas de financiamento e mecanismos extraordinários de apoio previstos a nível nacional e comunitário, atendendo e não prejudicando a natureza associativa e não lucrativa das organizações que o compõem;
- **Valorização Social do Desporto** - criação de um Fundo Especial de Apoio ao Desporto, a ser gerido pelo IPDJ e de modo a capitalizar as federações desportivas, dotando-as de meios para apoiar o tecido associativo de base;
- **Sistema Fiscal** - criação de grupo de trabalho composto por representantes da administração fiscal, da administração pública desportiva e do movimento desportivo com vista a um estudo e elaboração de propostas de revisão geral do sistema de impostos e incentivos fiscais para o desporto;
- **Emprego e voluntariado** – promoção de políticas de aumento da empregabilidade no desporto evitando a escassez de agentes desportivos e valorizando o papel do agente desportivo benévolo;

CIMEIRA DAS FEDERAÇÕES DESPORTIVAS

15 julho 2020 | 16h00
Auditório Magalhães
Instituto Português do Mar e da Atmosfera | Algés



- **Turismo** – inclusão do desporto na promoção externa de Portugal, articulando-a com a promoção dos eventos desportivos, o aproveitamento dos centros de treino desportivo e as condições existentes em modalidades como o golfe, os desportos náuticos, as modalidades de praia, os desportos motorizados, os desportos equestres e outras modalidades desportivas ligadas ao turismo ativo e de natureza; e
- **Mobilização desportiva** – campanha de sensibilização a nível nacional de apelo à importância do apoio ao desporto, com particular foco no papel dos clubes de formação no modelo desportivo nacional, com a participação ativa de atletas e treinadores de reconhecido prestígio nacional e internacional.

Lisboa, 15 de julho de 2020

Comité Olímpico de Portugal

Comité Paralímpico de Portugal

Confederação do Desporto de Portugal